

OS PEDAGÓGICOS
cursos e concursos



MATCH COM A **SEDES**

   **OSPEDAGOGICOS**



ESTATUTO DA PESSOA IDOSA E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

08 JUNHO - Prof. Carlinhos Costa

Em uma unidade socioassistencial, a equipe técnica avalia a situação de duas pessoas idosas acompanhadas pelo serviço: uma com 67 anos, em situação de isolamento social, e outra com 82 anos, que apresenta demandas de saúde, convivência familiar fragilizada e dificuldade de acesso a serviços públicos. Durante a reunião, um profissional afirma que a prioridade legal deve ser compreendida apenas como atendimento preferencial em filas, enquanto outro sustenta que ela também orienta a formulação de políticas públicas, a destinação de recursos e o acesso à rede de proteção.

01. Com base no Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a alternativa CORRETA:

A. A prioridade legal da pessoa idosa limita-se ao atendimento preferencial em órgãos públicos e privados, sendo as demais providências dependentes da política local de assistência social.

B. A prioridade especial conferida à pessoa idosa com mais de 80 anos afasta a prioridade das demais pessoas idosas, pois estabelece novo critério de proteção etária.

C. A garantia de prioridade envolve atendimento preferencial, formulação e execução de políticas sociais específicas, destinação privilegiada de recursos públicos e acesso à rede de saúde e assistência social.

D. A prioridade no atendimento familiar aplica-se quando a pessoa idosa não possuir família ou quando esta não apresentar condições de prover os cuidados necessários.

E. A efetivação dos direitos da pessoa idosa cabe ao Poder Público, sendo a família e a comunidade chamadas a colaborar em situações de vulnerabilidade reconhecida.

Em um equipamento da assistência social, a equipe acompanha uma jovem com deficiência que apresenta dependência para atividades cotidianas, vínculos familiares fragilizados e histórico de isolamento comunitário. Durante a elaboração do plano de acompanhamento, o pedagogo da equipe

propõe ações de fortalecimento da autonomia, articulação com serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, inserção em atividades de convivência e apoio à família.

02. Com base na assistência social à pessoa com deficiência, assinale a alternativa CORRETA:

A. A intervenção socioassistencial deve priorizar a concessão de benefício de renda, pois a segurança econômica substitui a necessidade de acompanhamento familiar e comunitário.

B. A atuação pedagógica no Suas deve concentrar-se na habilitação funcional da pessoa com deficiência, cabendo à rede de saúde a condução das ações voltadas à convivência e à participação social.

C. A assistência social à pessoa com deficiência deve articular serviços, programas, projetos e benefícios para garantir segurança de renda, acolhida, autonomia, convivência familiar e comunitária e acesso a direitos.

D. Os serviços socioassistenciais destinados à pessoa com deficiência em situação de dependência devem ser organizados fora do Suas, por envolverem cuidados básicos e instrumentais.

E. A Proteção Social Especial atua nos casos de violação de direitos, enquanto a Proteção Social Básica não se relaciona ao enfrentamento de vulnerabilidades vivenciadas por pessoas com deficiência.

Durante internação hospitalar, uma pessoa idosa com plena capacidade mental manifesta preferência por determinado tratamento de saúde, após receber informações da equipe médica. Seus familiares discordam da escolha e solicitam que a decisão seja tomada por eles, alegando maior segurança. No mesmo atendimento, a unidade informa que a presença de acompanhante dependerá da disponibilidade interna do hospital.

03. À luz do Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a alternativa CORRETA:



- A.** A escolha do tratamento de saúde compete aos familiares quando houver divergência entre a pessoa idosa e a equipe de apoio, considerando o dever familiar de cuidado.
- B.** A pessoa idosa com plena capacidade mental tem direito de escolher o tratamento de saúde que considerar mais favorável, e a negativa de acompanhante, quando não for possível, deve ser justificada por escrito.
- C.** A presença de acompanhante durante internação constitui faculdade administrativa da unidade de saúde, desde que preservado o atendimento clínico adequado.
- D.** A decisão sobre tratamento de saúde deve ser transferida ao médico quando os familiares demonstrarem oposição fundamentada à escolha da pessoa idosa.
- E.** A autonomia da pessoa idosa em relação ao tratamento aplica-se às situações ambulatoriais, enquanto a internação exige decisão compartilhada com familiares.

Uma família procura atendimento socioassistencial relatando que um de seus integrantes, pessoa com deficiência, não possui renda própria, encontra barreiras para participação social e depende economicamente de familiares que também vivenciam situação de vulnerabilidade. No atendimento inicial, a equipe discute a possibilidade de acesso a benefício de renda, sem perder de vista o acompanhamento familiar e a articulação com serviços do Suas.

04. Considerando a Lei Brasileira de Inclusão e a Lei Orgânica da Assistência Social, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** O benefício mensal de um salário-mínimo é assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios de prover a própria subsistência nem de tê-la provida por sua família, nos termos da Loas.
- B.** O acesso ao benefício assistencial destinado à pessoa com deficiência depende da comprovação de participação prévia em serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.
- C.** A concessão do benefício assistencial encerra a atuação da política de assistência social, pois a garantia de renda atende integralmente às necessidades socioassistenciais da

pessoa com deficiência.

- D.** A avaliação da situação da pessoa com deficiência, no campo da assistência social, deve desconsiderar a dinâmica familiar quando houver requerimento de benefício de renda.
- E.** O benefício mensal previsto para a pessoa com deficiência tem natureza previdenciária, sendo devido quando houver contribuição anterior ao sistema de seguridade social.

Uma secretaria organiza um programa intersetorial voltado à valorização da pessoa idosa. A proposta prevê adaptação de currículos, metodologias e materiais didáticos para pessoas idosas; inclusão de conteúdos sobre envelhecimento nos diferentes níveis de ensino; oferta de atividades de tecnologia e comunicação; e incentivo à participação em eventos culturais e de lazer com condições adequadas de acesso.

05. Considerando o Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** A proposta é compatível com o Estatuto, pois articula oportunidades educacionais, conteúdos sobre envelhecimento, integração à vida moderna e acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer.
- B.** A inclusão de conteúdos sobre envelhecimento nos currículos escolares deve ocorrer no ensino superior, por se tratar de tema técnico vinculado à Gerontologia.
- C.** As ações educacionais destinadas à pessoa idosa devem priorizar alfabetização e convivência, cabendo à cultura e ao lazer função complementar quando houver disponibilidade orçamentária.
- D.** A participação da pessoa idosa em eventos culturais e esportivos depende de regulamentação própria do ente federativo, pois o Estatuto não define parâmetro mínimo de desconto.
- E.** A adaptação de currículos e materiais didáticos deve ocorrer em cursos específicos para idosos, sem interferir nos currículos dos demais níveis de ensino.

Em um município do Distrito Federal, será construído um novo equipamento público destinado ao atendimento de famílias em



situação de vulnerabilidade. Durante a análise do projeto arquitetônico, a equipe técnica identifica ausência de rotas acessíveis, sinalização inadequada e barreiras no acesso aos espaços de atendimento coletivo. A gestão argumenta que adaptações poderão ser feitas posteriormente, conforme a demanda de usuários com deficiência.

06. Com base na Lei Brasileira de Inclusão, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** A acessibilidade deve ser observada na fase de uso do equipamento público, pois sua exigência depende da comprovação de demanda concreta por pessoas com deficiência.
- B.** A aprovação de projeto arquitetônico com destinação pública ou coletiva deve observar as disposições legais e normativas de acessibilidade, especialmente quando houver relação com a matéria regulada pela Lei.
- C.** A acessibilidade, embora relevante para a inclusão social, possui natureza recomendatória quando se trata de obras públicas voltadas à assistência social.
- D.** A garantia de acessibilidade restringe-se à eliminação de barreiras físicas, não alcançando aspectos de comunicação, informação e participação social.
- E.** A implantação de ajustes acessíveis pode ser transferida para momento posterior à entrega da obra, desde que o serviço público mantenha atendimento prioritário às pessoas com deficiência.

No acompanhamento de uma família, a equipe socioassistencial identifica indícios de negligência contra uma pessoa idosa, incluindo ausência de cuidados básicos e restrição de acesso a serviços de saúde. Um membro da equipe afirma que a comunicação à autoridade competente somente seria necessária diante de agressão física comprovada. Outro profissional defende que a proteção da pessoa idosa exige atuação diante de violações por ação ou omissão, inclusive negligência.

07. Com base no Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** A comunicação à autoridade competente deve ocorrer quando houver confirmação de violência física, pois situações de negligên-

cia demandam acompanhamento familiar antes de encaminhamento externo.

- B.** A negligência contra a pessoa idosa configura violação de direitos, e todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação de que tenha conhecimento.

C. A prevenção de ameaça ou violação aos direitos da pessoa idosa constitui atribuição dos serviços públicos, cabendo aos cidadãos comunicar apenas fatos presenciados diretamente.

D. A omissão de cuidados familiares caracteriza questão privada, sendo a intervenção pública adequada quando houver decisão judicial ou solicitação da própria pessoa idosa.

E. A atuação dos conselhos da pessoa idosa concentra-se na formulação de campanhas educativas, sem competência para acompanhar ou avaliar a política de proteção.

No acompanhamento de uma família atendida pela rede socioassistencial, a equipe identifica que uma adolescente com deficiência possui limitações de mobilidade e comunicação que dificultam sua participação em atividades escolares, comunitárias e de convivência. A pedagoga do serviço propõe orientar a família sobre recursos de tecnologia assistiva, articular a rede para ampliar o acesso a serviços especializados e registrar, no plano de acompanhamento, estratégias que favoreçam autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida.

08. Com base na Lei Brasileira de Inclusão, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** A tecnologia assistiva deve ser compreendida como recurso de uso restrito aos serviços de saúde, pois sua finalidade principal é a reabilitação clínica da pessoa com deficiência.
- B.** O acesso à tecnologia assistiva depende da existência de plano individual elaborado pelo serviço socioassistencial, sem relação com medidas estruturais de fomento pelo poder público.
- C.** A atuação do poder público concentra-se na distribuição direta de produtos já existentes, não abrangendo medidas voltadas à pesquisa, produção nacional ou redução



de custos de importação.

D. O plano específico de medidas voltado à tecnologia assistiva deve ser renovado a cada dois anos, período em que também ocorre a revisão de seus procedimentos.

E. A garantia de acesso à tecnologia assistiva envolve produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços capazes de ampliar autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida da pessoa com deficiência.

Durante a elaboração de edital para contratação de profissionais em órgão público, a comissão organizadora discute a possibilidade de estabelecer idade máxima para candidatos, sob o argumento de que a função exige ritmo intenso de trabalho e adaptação a novas tecnologias. Ao mesmo tempo, a equipe avalia critérios de desempate e ações de incentivo à permanência de pessoas idosas no mercado de trabalho.

09. Com base no Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a alternativa CORRETA:

A. A fixação de idade máxima em concursos e contratações pode ser utilizada quando a administração entender que a função exige produtividade compatível com determinado perfil etário.

B. O estímulo à contratação de pessoas idosas em empresas depende da demonstração de vulnerabilidade social e da inexistência de renda previdenciária.

C. A profissionalização da pessoa idosa deve ser tratada como ação assistencial complementar, voltada aos casos em que não houver acesso a benefício previdenciário.

D. A idade mais avançada pode ser considerada critério de desempate em concursos públicos, e a fixação de limite etário somente se justifica quando a natureza do cargo exigir.

E. A vedação à discriminação etária alcança a contratação em empresas privadas, mas não interfere nos critérios definidos para concursos públicos.

Em um serviço socioassistencial do Distrito Federal, a equipe acompanha uma criança com deficiência que apresenta baixa frequência escolar e sinais de isolamento

nas atividades comunitárias. A família relata dificuldades para dialogar com a escola e afirma que a criança “não acompanha o ritmo da turma”. A pedagoga do serviço propõe articulação com a unidade escolar, escuta da família, identificação de barreiras à aprendizagem e participação em ações intersetoriais para proteção contra negligência e discriminação.

10. Com base na Lei Brasileira de Inclusão, assinale a alternativa CORRETA:

A. A atuação pedagógica no âmbito socioassistencial deve priorizar o encaminhamento da criança para atividades externas à escola, quando houver dificuldade de acompanhar o currículo comum.

B. A educação da pessoa com deficiência deve ser garantida conforme suas características e necessidades de aprendizagem, admitindo a substituição do sistema educacional inclusivo por atendimento apartado quando houver defasagem escolar.

C. A responsabilidade pela educação da pessoa com deficiência recai sobre o Estado e a escola, cabendo à família e à sociedade atuação complementar sem incidência direta na garantia do direito.

D. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida, visando ao máximo desenvolvimento de seus talentos e habilidades.

E. A proteção contra violência, negligência e discriminação relaciona-se à política de assistência social, mas não integra o dever de assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência.



PAPEL DO PEDAGOGO NO SUAS

09 JUNHO - Prof. Guilherme Augusto

01. No acompanhamento de famílias, o pedagogo deve contribuir para:

- A.** construção de práticas coletivas que favoreçam autonomia, convivência, participação e acesso à rede de direitos.
- B.** fiscalização da vida privada das famílias em situação de pobreza.
- C.** substituição das responsabilidades da família pela intervenção estatal permanente.
- D.** responsabilização unilateral das mães pelos conflitos familiares.
- E.** padronização das experiências familiares conforme modelo institucional.

02. A contribuição específica do pedagogo em equipes interdisciplinares do SUAS está relacionada à capacidade de:

- A.** interpretar demandas sociais como problemas de aprendizagem escolar.
- B.** construir mediações educativas, organizar processos coletivos e favorecer participação crítica dos usuários.
- C.** substituir o assistente social em estudos socioeconômicos.
- D.** substituir o psicólogo em intervenções terapêuticas.
- E.** atuar sem participação em reuniões técnicas.

Durante reunião de avaliação, o pedagogo afirmou que o sucesso de um projeto socioeducativo não pode ser medido exclusivamente pelo número de participantes, mas também pelas transformações qualitativas produzidas na convivência comunitária.

03. A afirmação está CORRETA porque:

- A.** avaliação qualitativa substitui integralmente o monitoramento técnico das ações.
- B.** indicadores quantitativos não possuem qualquer utilidade no planejamento institucional.
- C.** frequência dos usuários não deve ser registrada nos serviços socioassistenciais.
- D.** projetos socioeducativos independem de critérios avaliativos sistemáticos.
- E.** avaliações qualitativas permitem com-

preender dimensões subjetivas, relacionais e sociais das ações desenvolvidas.

Em uma oficina com adolescentes, o pedagogo percebeu conflitos frequentes entre os participantes e decidiu incorporar momentos de mediação dialógica e construção coletiva de regras de convivência.

04. Essa decisão revela:

- A.** inadequação metodológica, pois conflitos devem ser tratados exclusivamente pela gestão do equipamento.
- B.** abandono das finalidades socioeducativas previstas no projeto inicial.
- C.** substituição indevida do acompanhamento psicossocial realizado pela equipe interdisciplinar.
- D.** compreensão pedagógica de que conflitos podem ser trabalhados como processos educativos e de convivência social.
- E.** fragilidade do planejamento técnico desenvolvido pela unidade.

Em oficinas realizadas no território, o pedagogo passou a utilizar produção audiovisual, música e intervenções culturais produzidas pelos próprios adolescentes participantes.

05. Essa escolha metodológica favorece:

- A.** fortalecimento do protagonismo juvenil e valorização das expressões culturais do território.
- B.** substituição do trabalho pedagógico pela lógica do entretenimento comunitário.
- C.** redução da intencionalidade educativa presente nas práticas socioassistenciais.
- D.** afastamento dos objetivos relacionados à proteção social básica.
- E.** descaracterização da função educativa desenvolvida pelo SUAS.

Ao avaliar um conjunto de oficinas realizadas com adolescentes, o pedagogo concluiu que os resultados mais significativos envolveram fortalecimento do sentimento de pertencimento, ampliação do diálogo familiar e aumento da participação comunitária.



06. Esses resultados evidenciam que as metodologias participativas no SUAS:

- A.** devem priorizar conteúdos informativos em detrimento das experiências coletivas.
- B.** possuem relevância limitada diante das demandas materiais dos territórios vulneráveis.
- C.** articulam proteção social, convivência comunitária e desenvolvimento da autonomia dos usuários.
- D.** substituem integralmente políticas públicas de educação formal.
- E.** apresentam função prioritariamente recreativa dentro da política socioassistencial.

No desenvolvimento de atividades comunitárias, o pedagogo defendeu que ações de fortalecimento de vínculos não devem restringir-se às famílias já acompanhadas individualmente pelos serviços.

07. Essa posição está correta porque:

- A.** atividades comunitárias devem ocorrer apenas mediante encaminhamento formal da rede.
- B.** práticas coletivas devem limitar-se aos casos considerados prioritários pela gestão institucional.
- C.** convivência comunitária apresenta relevância secundária diante dos atendimentos individualizados.
- D.** ações preventivas descaracterizam o papel do CRAS na assistência social.
- E.** fortalecimento de vínculos possui dimensão preventiva e comunitária articulada à proteção social básica.

Uma pedagoga afirmou que o trabalho territorializado exige conhecimento das vulnerabilidades locais, mas também das formas de resistência e organização presentes na comunidade.

08. Essa afirmação está CORRETA porque:

- A.** territórios vulnerabilizados também produzem solidariedade, cultura e estratégias coletivas de sobrevivência.
- B.** o território deve ser compreendido predominantemente como espaço de carências sociais.
- C.** práticas comunitárias possuem pouca relevância para o planejamento socioeducativo.

D. ações coletivas enfraquecem a objetividade técnica do trabalho social.

E. organização comunitária deve ser substituída pela intervenção institucional direta.

No desenvolvimento de ações comunitárias, o pedagogo articulou parceria com escolas públicas para realização de oficinas sobre convivência, direitos sociais e prevenção das violências.

09. Essa iniciativa demonstra:

- A.** substituição das atribuições pedagógicas escolares pelas ações do SUAS.
- B.** articulação intersetorial entre assistência social e educação voltada à proteção social preventiva.
- C.** descaracterização da política de assistência social como política pública autônoma.
- D.** transferência das responsabilidades da escola para o CRAS.
- E.** redução do papel territorial da proteção social básica.

Ao avaliar ações intersetoriais desenvolvidas no território, o pedagogo identificou avanços relacionados à ampliação do acesso das famílias à escola, saúde e serviços comunitários, além de maior integração entre os profissionais da rede.

10. Esses resultados demonstram que a articulação intersetorial:

- A.** possui função predominantemente administrativa no cotidiano institucional.
- B.** substitui a necessidade de atuação específica de cada política pública envolvida.
- C.** fortalece proteção integral, acesso a direitos e efetividade das políticas públicas territoriais.
- D.** reduz a importância da territorialização no SUAS.
- E.** enfraquece o acompanhamento socioeducativo realizado pelas equipes técnicas.



EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS

10 JUNHO - Prof. Poly da Hora

Verbos

INDICATIVO

Presente

Pretérito

Perfeito

Pretérito

Imperfeito

Pretérito Mais-Que-

Perfeito

Futuro do

Presente

Futuro do

Perfeito

SUBJUNTIVO

Presente

Passado

Futuro

IMPERATIVO

Presente (afirmativo)

Presente (negativo)

(Quadrix)

01. A respeito da forma verbal “atenhamo-nos”, no trecho “Deixando de lado os motivos, atenhamo-nos à maneira correta de chorar...”, é correto afirmar que se trata:

- A.** de um verbo na primeira pessoa do singular do presente do subjuntivo.
- B.** de um verbo na primeira pessoa do plural do presente do indicativo.
- C.** de um verbo na primeira pessoa do plural do pretérito imperfeito do subjuntivo.
- D.** de um verbo na primeira pessoa do plural do imperativo afirmativo.
- E.** de um verbo na primeira pessoa do plural do futuro do presente do indicativo.

(Quadrix)

02. No trecho “apenas seis ursos nasceram em zoológicos no ano passado.”, a forma verbal “nasceram” está conjugada na:

- A.** terceira pessoa do plural do pretérito perfeito do modo indicativo, indicando um fato certo e finalizado no passado.
- B.** terceira pessoa do singular do pretérito imperfeito do modo indicativo, expressando uma ação contínua no passado.
- C.** segunda pessoa do plural do presente do modo subjuntivo, indicando uma hipótese ou um desejo.
- D.** primeira pessoa do plural do futuro do pretérito do modo indicativo, expressando uma possibilidade ou uma condição no passado.
- E.** terceira pessoa do plural do presente do modo indicativo, indicando uma ação que ainda acontece.

(Quadrix)

03. Assinale a alternativa na qual o tempo verbal foi empregado corretamente:

- A.** Se você não vir visitá-la, ela certamente ficará decepcionada.
- B.** Se nós os víssemos com mais frequência, teremos mais afinidade.
- C.** Quando você o vir, não deixe de transmitir nosso recado.



D. Se eu terminasse o trabalho a tempo, você será avisado.

E. É possível que Rafael esteja enganado sobre o que foi discutido em nosso último encontro.

(Quadrix)

O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) **define** a terapia ocupacional como uma profissão de nível superior voltada ao estudo, à prevenção e ao tratamento de alterações cognitivas, afetivas, perceptivas e psicomotoras, decorrentes ou não de distúrbios genéticos, traumáticos e(ou) de doenças adquiridas. A terapia ocupacional **beneficia** pessoas de todas as faixas etárias e que **tenham** alguma limitação ou incapacidade de realizar tarefas do dia a dia. Mesmo que algumas atividades **pareçam** muito simples, como escovar os dentes ou vestir uma camisa, **existem** condições de saúde que **impedem** ou **dificultam** sua realização adequada.

O terapeuta ocupacional trabalha a partir habilidades e limitações de cada pessoa, criando junto do paciente novas formas de fazer o que ele quer e **precisa**, com a maior autonomia e independência...

Entre as atribuições desse profissional está a de intervir no cotidiano das pessoas, avaliando seu desempenho ocupacional em áreas de autocuidado, trabalho, lazer, capacidades cognitivas, sensoriais, motoras e sociais, melhorando seu dia a dia ao possibilitar meios para que **realizem** atividades cotidianas de maneira autônoma.

04. Estão empregadas, no mesmo tempo e modo, as formas verbais:

- A.** “tenham” (linha 9) e “impedem” (linha 13).
- B.** “beneficia” (linha 8) e “tenham” (linha 9).
- C.** “define” (linha 2) e “dificultam” (linha 13).
- D.** “existem” (linha 12) e “realizem” (linha 35).
- E.** “pareçam” (linha 11) e “precisa” (linha 8).

(Quadrix)

05. Assinale a alternativa correta, no que diz respeito ao emprego dos verbos regulares e irregulares e à flexão de substantivos adjetivos.

A. A recepcionista entrevistou na discussão para

acalmar os ânimos dos cidadãos e evitar tumulto na fila de atendimento.

B. Os escrivões requisaram folhas de papel ofício para substituir os papelzinhos que lhes foram entregues para anotações.

C. Vários capitões se aglomeraram na recepção da Câmara Municipal enquanto aguardavam audiência com o presidente da casa.

D. Os atendentes entreteram os anciões na fila de atendimento enquanto os auxiliares de limpeza recolhiam os grãos derramados no piso da recepção.

E. Vários colegas se dispuseram solidariamente a ajudar o atendente no cumprimento da tarefa difícilíssima que a chefia lhe propusera.

(Quadrix)

06. O verbo “estudar” é:

- A.** irregular.
- B.** regular.
- C.** anômalo.
- D.** defectivo.
- E.** abundante.

(Quadrix)

Uma das principais premissas da alquimia era que os antigos possuíam as chaves do Universo, mas esse conhecimento teria sido perdido e precisaria ser redescoberto.

A julgar pelo primeiro tratado prático de alquimia, escrito no século III pelo egípcio Zósimo de Panópolis, há alguma verdade nisso.

Zósimo cita amplamente as obras de uma mulher considerada como a primeira alquimista verdadeira do mundo ocidental, a mãe da alquimia. E ele não é o único. Ela era conhecida por muitos nomes: Maria Hebraica, Maria Judia, Maria Profetisa e até Miriam Profetíssima, irmã de Moisés. Em relação às suas realizações, Maria concebeu bases teóricas para a alquimia. O médico francês Jean-Chrétien-Ferdinand Hoefer, famoso por obras sobre a história da ciência, atribui a ela uma das descobertas mais importantes da química: o ácido clorídrico. Ele também garante que ela estudou os compostos de enxofre e criou o processo para fabricar sulfeto de prata, **o que os artistas chamam de nielo, um composto**



preto fosco frequentemente usado para tratamento de metais. No entanto, para muitos, seu grande legado foi a invenção de equipamentos de laboratório. **Em seu tratado, Zósimo atribui a Maria três peças cruciais.** A primeira, que ele dizia copiar o processo de destilação da natureza, se tornou um item básico nos laboratórios modernos de química. Era um aparelho de parede dupla, equipado com pés que podiam ser colocados no fogo. Com o recipiente externo cheio de água, o material a ser transmutado podia ser colocado na câmara interna, na qual sua temperatura não excederia o ponto de ebulição da água. Era conhecido como o balneum mariae — **você provavelmente o conhece como “banho Maria”.** A vantagem do procedimento é que facilita o aquecimento gradual de uma substância e a mantém a uma temperatura constante de 100 °C ou menos.

Um recurso bastante utilizado por escritores para conferir atualidade a fatos do passado é o presente histórico, que se caracteriza pelo emprego do tempo verbal presente em lugar do pretérito.

07. Sendo assim, assinale a alternativa que apresenta um trecho do texto em que o verbo flexionado no tempo presente remete, no entanto, a um acontecimento ocorrido no passado.

- A. “A julgar pelo primeiro tratado prático de alquimia, escrito no século III pelo egípcio Zósimo de Panópolis, há alguma verdade nisso” (linhas 3 e 4).
- B. “o que os artistas chamam de nielo, um composto preto fosco frequentemente usado para tratamento de metais” (linha 13).
- C. “Em seu tratado, Zósimo atribui a Maria três peças cruciais” (linhas 14 e 15).
- D. “você provavelmente o conhece como ‘banho Maria’” (linhas 19 e 20).
- E. “A vantagem do procedimento é que facilita o aquecimento gradual de uma substância” (linha 21).

(Quadrax)



08. A forma verbal “comportem” está conjugada no:

- A. pretérito perfeito.
- B. imperativo afirmativo.
- C. imperfeito do subjuntivo.
- D. futuro do presente.
- E. mais-que-perfeito do imperativo.

(Quadrax)

O decreto reiterou a obrigação de uso de máscaras de proteção individual para circulação no território sul-mato-grossense e colocou o telefone 190, da Polícia Militar, como fonte de recebimento de denúncias de descumprimento do decreto.

09. Formas verbais como “reiterou” e “colocou”, empregadas no texto, são exemplos do:

- A. pretérito imperfeito do indicativo.
- B. pretérito perfeito do indicativo.
- C. pretérito mais-que-perfeito do indicativo.
- D. pretérito imperfeito do subjuntivo.
- E. futuro do presente do indicativo.

(Quadrax)

10. Assinale a alternativa correta quanto à conjugação verbal.

- A. Com o desenvolvimento das atividades industriais vinham grandes impactos ambientais.



B. Para tentar diminuir o impacto ambiental, vários estudos e discussões poram em evidência o desenvolvimento sustentável.

C. As ações de desenvolvimento sustentável trouxeram algumas melhorias ao longo dos anos, mas muito ainda tem de ser feito.

D. Os defensores do desenvolvimento sustentável propõem a aliança entre desenvolvimento econômico e responsabilidade ambiental.

E. Hoje, muitos empresários preocupam-se em agir de forma sustentável e alinham esse objetivo às suas prioridades e estratégias.

EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO FORMAL E INFORMAL, E ATUAÇÃO DO PEDAGOGO

11 JUNHO - Prof. William Dornela

Em uma unidade socioassistencial localizada no Gama, no Distrito Federal, uma pedagoga desenvolve rodas de leitura, oficinas de escrita autobiográfica, atividades culturais e práticas de expressão oral com adolescentes em situação de vulnerabilidade social. As ações ocorrem em articulação com a rede de proteção, não integram matriz curricular da educação básica, não resultam em certificação acadêmica e não estão submetidas à organização seriada própria da escolarização regular.

Apesar disso, a equipe técnica solicita que os encontros sejam estruturados com objetivos formativos, intencionalidade educativa, mediação pedagógica, acompanhamento processual da participação dos adolescentes e articulação com temas como identidade, pertencimento, convivência, direitos e fortalecimento de vínculos.

01. Considerando a relação entre educação formal, educação não formal e educação informal, assinale a alternativa CORRETA:

A. As atividades descritas aproximam-se da educação informal, pois se desenvolvem fora da instituição escolar e emergem das experiências cotidianas dos adolescentes, ainda que contem com mediação eventual de profissional com formação pedagógica.

B. A atuação da pedagoga caracteriza educação formal, uma vez que a existência de objetivos formativos, planejamento metodológico e avaliação processual insere a prática no campo institucional próprio dos sistemas de ensino.

C. A proposta possui natureza socioassistencial, razão pela qual a dimensão educativa

deve ser compreendida como apoio complementar à proteção social, sem configurar prática pedagógica autônoma ou processo formativo estruturado.

D. As oficinas constituem prática escolar suplementar, devendo reproduzir parâmetros curriculares, critérios avaliativos e sequenciamento de conteúdos da educação básica para que possuam validade pedagógica.

E. As ações aproximam-se da educação não formal, pois articulam intencionalidade educativa, organização metodológica e processos formativos desenvolvidos fora da escolarização regular, sem perder sua vinculação com práticas sociais, culturais e comunitárias.

Uma pedagoga vinculada a equipamento público socioassistencial acompanha famílias inseridas em programas de proteção social no Distrito Federal. Durante os atendimentos, identifica que algumas crianças apresentam baixa frequência escolar, dificuldades persistentes de aprendizagem e fragilidade no acompanhamento familiar da trajetória educacional. Em vez de assumir funções próprias da escola, a profissional propõe escuta qualificada das famílias, articulação com a unidade escolar, diálogo com a rede de proteção e construção de estratégias educativas no território, voltadas ao fortalecimento de vínculos, à valorização da escolarização e à ampliação das condições de permanência.

02. À luz da atuação do pedagogo em espaços não escolares e da articulação com o direito à educação, assinale a alternativa



CORRETA:

A. A pedagoga deve assumir a condução pedagógica escolar das crianças atendidas, pois a vulnerabilidade social autoriza que a rede socioassistencial reorganize diretamente os processos de ensino e aprendizagem quando a escola não consegue assegurar resultados satisfatórios.

B. A intervenção adequada consiste em encaminhar os casos ao conselho tutelar, uma vez que a baixa frequência escolar desloca a atuação pedagógica para providências de responsabilização familiar e reduz a margem de mediação educativa no equipamento público.

C. A atuação da pedagoga pode articular educação não formal, acompanhamento familiar e diálogo intersetorial, sem substituir as atribuições da escola no processo de escolarização, contribuindo para a permanência, a aprendizagem e a proteção integral das crianças.

D. A baixa frequência escolar deve ser tratada como questão administrativa da unidade escolar, cabendo ao serviço socioassistencial registrar a demanda familiar e aguardar provocação formal do sistema de ensino para atuar de modo complementar.

E. A intervenção pedagógica no território possui natureza informal, pois se apoia nas experiências familiares e comunitárias, razão pela qual não comporta planejamento intencional, objetivos formativos ou acompanhamento sistemático dos efeitos educativos.

Em uma instituição de acolhimento no Distrito Federal, crianças e adolescentes participam diariamente de situações de convivência que envolvem organização de tarefas coletivas, pactuação de regras, negociação de conflitos, cuidado com espaços comuns, partilha de responsabilidades e construção de vínculos com pares e adultos de referência.

A pedagoga da unidade observa que, embora tais situações não tenham sido estruturadas previamente como oficinas, projetos ou sequências pedagógicas, elas produzem aprendizagens relevantes sobre convivência, pertencimento, limites, cooperação, autonomia, comunicação e resolução de conflitos.

A equipe técnica passa, então, a discutir se essas aprendizagens poderiam ser compreendidas como dimensão educativa da vida cotidiana institucional.

03. Considerando a educação informal e suas relações com a formação humana, assinale a alternativa CORRETA:

A. As aprendizagens decorrentes da convivência cotidiana possuem baixa relevância educativa, pois a educação depende de currículo organizado, avaliação sistemática, certificação e planejamento didático previamente formalizado.

B. As interações cotidianas podem constituir educação informal, pois produzem aprendizagens sociais, culturais, afetivas e relacionais por meio da experiência, da convivência e da participação em práticas sociais.

C. A educação informal ocorre quando a instituição elabora plano pedagógico próprio, define objetivos formativos, organiza metodologia de acompanhamento e certifica os participantes ao final das atividades.

D. A educação informal equivale à educação não formal quando desenvolvida em equipamento público ou instituição de atendimento social, pois ambas se caracterizam pela realização fora do sistema escolar regular.

E. As aprendizagens de convivência integram a educação formal, pois instituições que atendem crianças e adolescentes exercem função educativa semelhante à escola, ainda que não integrem o sistema de ensino.

Em uma instituição de acolhimento no Distrito Federal, crianças e adolescentes participam diariamente de situações de convivência que envolvem organização de tarefas coletivas, pactuação de regras, negociação de conflitos, cuidado com espaços comuns, partilha de responsabilidades e construção de vínculos com pares e adultos de referência.

A pedagoga da unidade observa que, embora tais situações não tenham sido estruturadas previamente como oficinas, projetos ou sequências pedagógicas, elas produzem aprendizagens relevantes sobre convivência, pertencimento, limites, cooperação, autonomia, comunicação e resolução de conflitos. A equipe técnica passa, então, a discutir se



essas aprendizagens poderiam ser compreendidas como dimensão educativa da vida cotidiana institucional.

04. Com base na concepção ampliada de educação e na atuação do pedagogo em espaços não escolares, assinale a alternativa CORRETA:

A. A proposta da pedagoga é pertinente, pois práticas educativas desenvolvidas em espaços não escolares podem demandar planejamento, intencionalidade formativa, mediação pedagógica, metodologias participativas e avaliação qualitativa dos processos de aprendizagem, participação e fortalecimento de autonomia.

B. A ação apresenta incompatibilidade com o campo da pedagogia, pois a atuação profissional do pedagogo tem como referência institucional a docência escolar, a organização curricular da educação básica e os processos formais de ensino e avaliação.

C. A oficina deve assumir estrutura semelhante à aula seriada, com conteúdos disciplinares previamente sequenciados, critérios de rendimento e atividades avaliativas padronizadas, para que seja reconhecida como prática educativa.

D. A metodologia participativa fragiliza a intervenção socioeducativa, pois mulheres em situação de violência demandam orientação técnica conduzida pela equipe, com centralidade na transmissão de informações sobre serviços, fluxos institucionais e procedimentos de proteção.

E. O planejamento pedagógico em equipamentos socioassistenciais possui função administrativa de organização das atividades, sem relação direta com processos de aprendizagem, autonomia, leitura crítica da realidade e fortalecimento de sujeitos de direitos.

Um pedagogo atua em projeto comunitário destinado a jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. A proposta envolve leitura crítica do território, rodas de conversa sobre trabalho, cultura, cidadania, direitos, pertencimento comunitário e construção de projeto de vida. As atividades ocorrem fora da escola, não integram matriz curricular da educação básica,

não geram certificação acadêmica e não se organizam como recuperação de conteúdos escolares.

Durante a reunião de planejamento, parte da equipe manifesta preocupação em evitar que o projeto seja confundido com reforço escolar ou com acompanhamento disciplinar. O pedagogo sustenta que a intervenção possui intencionalidade formativa própria, articulada às experiências sociais dos jovens, à participação comunitária e ao exercício da cidadania.

05. Com base no papel da educação não formal, assinale a alternativa CORRETA:

A. O projeto deve priorizar conteúdos escolares não consolidados, pois a atuação pedagógica em espaços comunitários assume função de recomposição da aprendizagem quando vinculada a jovens em situação de vulnerabilidade.

B. A ausência de matrícula, seriação e avaliação classificatória reduz a densidade pedagógica da intervenção, tornando-a subsidiária à educação formal e dependente de articulação curricular com a escola.

C. A formação para a cidadania em espaços comunitários exige adoção de currículo oficial da educação básica, pois a validade formativa da ação depende de parâmetros escolares reconhecidos pelo sistema de ensino.

D. A intervenção pode constituir educação não formal ao promover aprendizagens sociais, culturais e políticas, articuladas à realidade dos jovens, à leitura crítica do território, à participação comunitária e aos direitos de cidadania.

E. O projeto configura educação informal, pois as aprendizagens decorrem da convivência entre os jovens e da experiência cotidiana no território, prescindindo de mediação profissional sistemática.

Durante o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social, em equipamento público do Distrito Federal, uma pedagoga identifica que alguns responsáveis associam a escola a experiências anteriores de fracasso, punição, baixa escuta institucional e exclusão. Essa percepção tem repercutido no modo como acompanham a



frequência, a aprendizagem e a permanência escolar dos filhos.

Diante disso, a profissional propõe encontros coletivos e atendimentos familiares voltados à escuta qualificada, à reflexão sobre o direito à educação, à identificação de barreiras que dificultam a relação família-escola e à construção de estratégias de acompanhamento da trajetória escolar das crianças, em diálogo com a unidade de ensino e com a rede de proteção.

06. Assinale a alternativa que melhor expressa a atuação pedagógica nesse caso.

A. A intervenção da pedagoga deve concentrar-se no desempenho individual da criança, pois as representações familiares sobre a escola pertencem à esfera privada e não interferem diretamente na efetivação do direito à educação.

B. O trabalho com famílias deve assumir caráter informativo pontual, voltado à orientação sobre frequência e obrigações dos responsáveis, sem constituir processo educativo ampliado no território.

C. A atuação pedagógica desenvolvida fora da escola possui reduzida incidência sobre acesso, permanência e aprendizagem, uma vez que tais dimensões se realizam no interior do sistema formal de ensino.

D. A intervenção pode contribuir para a efetivação do direito à educação ao articular orientação às famílias, leitura crítica das barreiras educacionais, fortalecimento do vínculo com a escolarização e diálogo intersetorial com a escola e a rede de proteção.

E. A ação caracteriza educação formal, pois aborda frequência escolar, acompanhamento familiar, permanência na educação básica e responsabilidades dos responsáveis no processo de escolarização.

Em um centro de convivência do Distrito Federal, idosos participam de encontros mediados por pedagoga, nos quais são desenvolvidas atividades sobre memória, cultura popular, narrativas de vida, alfabetização social, acesso a direitos, participação comunitária e uso crítico de tecnologias digitais. A profissional evita organizar os encontros segundo a lógica tradicional da aula escolar,

mas define objetivos formativos, estratégias de participação, registros avaliativos qualitativos e metodologias que valorizam as experiências acumuladas pelos sujeitos.

Durante reunião de equipe, discutiu-se se a proposta poderia ser reconhecida como prática educativa, ainda que não estivesse vinculada à educação básica, não gerasse certificação acadêmica e não adotasse currículo formal.

07. Considerando a educação ao longo da vida e a educação não formal, assinale a alternativa CORRETA:

A. A proposta reconhece que processos educativos podem ocorrer ao longo da vida, em espaços não escolares, com mediação pedagógica, intencionalidade formativa, valorização das experiências dos sujeitos e organização metodológica compatível com o contexto sociocultural dos participantes.

B. A proposta perde densidade educativa por não estar vinculada a etapa da educação básica, modalidade reconhecida pelo sistema de ensino ou percurso formativo certificado, ainda que apresente objetivos e acompanhamento pedagógico.

C. A atuação pedagógica com pessoas idosas deve voltar-se prioritariamente à socialização e à recreação, pois processos de aprendizagem planejada pertencem ao campo da escolarização de crianças, adolescentes e jovens.

D. A valorização da memória, da cultura popular e das narrativas de vida caracteriza aprendizagem informal, o que impede a organização intencional dos encontros e a definição de objetivos formativos pela pedagoga.

E. O uso de tecnologias digitais confere à atividade natureza formal, pois a presença de objetivos mensuráveis, planejamento e registros avaliativos aproxima a intervenção dos parâmetros curriculares da escolarização regular.

Em determinado território do Distrito Federal, uma equipe da SEDES/DF planeja uma campanha de prevenção ao trabalho infantil, tendo em vista o aumento de situações em que crianças e adolescentes passaram a



desempenhar atividades laborais informais em feiras, comércios familiares e serviços domésticos, com prejuízos à frequência escolar, à convivência comunitária e ao desenvolvimento integral.

Inicialmente, a equipe propõe a realização de palestras expositivas sobre normas legais e consequências institucionais do trabalho infantil. A pedagoga vinculada ao serviço sugere ampliar a metodologia da campanha, incorporando estudo de casos, rodas de conversa com famílias, materiais acessíveis, problematização de situações do cotidiano e articulação com escolas, conselhos, serviços socioassistenciais e demais atores da rede de proteção.

08. Com base na atuação do pedagogo em práticas educativas intersetoriais, assinale a alternativa CORRETA:

A. A proposta deve concentrar-se na exposição de normas legais e fluxos de responsabilização, pois campanhas públicas sobre proteção social alcançam maior precisão técnica quando reduzem a participação comunitária e preservam linguagem institucional uniforme.

B. A participação das famílias pode comprometer a condução técnica da campanha, uma vez que temas relacionados à proteção de crianças e adolescentes exigem orientação especializada previamente definida pela equipe responsável.

C. A articulação com escolas possui pertinência reduzida, pois o trabalho infantil integra prioritariamente o campo da assistência social e da proteção especial, sem relação direta com permanência, aprendizagem e trajetória educacional.

D. A atuação pedagógica deve restringir-se à elaboração de materiais visuais e recursos de comunicação, cabendo a condução conceitual da campanha aos profissionais jurídicos e à rede de responsabilização.

E. A intervenção pedagógica qualifica a campanha ao transformar informação normativa em processo educativo, com linguagem acessível, participação social, leitura crítica das situações concretas e articulação entre proteção social, escola, família e território.

Em determinado serviço socioassistencial do Distrito Federal, adolescentes acompanhados em atividades coletivas relatam que grande parte de suas aprendizagens sobre convivência, linguagem, consumo, relações afetivas, pertencimento, exposição de imagem, conflitos e formas de reconhecimento social ocorre nas redes sociais, nos grupos de pares e nas interações familiares cotidianas.

Ao planejar oficinas de cidadania digital, a pedagoga responsável decide incorporar tais experiências como objeto de reflexão, propondo atividades de problematização sobre usos das plataformas digitais, construção de identidade, circulação de discursos, riscos relacionais, mediação de conflitos e exercício de direitos. A equipe debate se essas aprendizagens cotidianas poderiam ser consideradas no planejamento pedagógico ou se deveriam permanecer fora da intervenção educativa por não integrarem currículo formal.

09. Assinale a alternativa correta quanto à relação entre educação informal e atuação pedagógica.

A. As aprendizagens produzidas nas redes sociais, nos grupos de pares e no cotidiano familiar integram a educação formal quando passam a repercutir no comportamento escolar dos adolescentes, na convivência institucional ou no acompanhamento realizado por serviços públicos.

B. A educação informal pode constituir ponto de partida para práticas pedagógicas não formais, permitindo que experiências cotidianas, produzidas em contextos familiares, comunitários e digitais, sejam problematizadas por meio de mediação intencional e reflexão crítica.

C. A educação informal deve ser substituída por intervenções pedagógicas padronizadas, pois aprendizagens derivadas da convivência social tendem a reproduzir valores instáveis, pouco sistematizados e inadequados à formação cidadã.

D. O pedagogo deve evitar incorporar conteúdos oriundos da convivência social e das redes digitais, pois sua atuação profissional depende de programas curriculares previamente definidos e de objetivos formativos



institucionalmente certificados.

E. As redes sociais configuram educação não formal quando adolescentes aprendem espontaneamente por observação, interação e participação em grupos digitais, ainda que não haja planejamento educativo ou mediação pedagógica organizada.

No âmbito de um serviço socioassistencial do Distrito Federal, uma pedagoga participa da elaboração de plano de atendimento para crianças em situação de negligência, cujas trajetórias evidenciam baixa frequência escolar, dificuldades de aprendizagem, fragilidade de vínculos familiares e reduzido acesso a espaços comunitários de convivência, cultura e participação.

A equipe técnica debate se a atuação pedagógica deveria concentrar-se na regularização da matrícula e no encaminhamento à escola ou se seria pertinente construir uma resposta articulada, envolvendo contato com a unidade escolar, oficinas socioeducativas com as crianças, orientação às famílias e inserção em atividades comunitárias no território.

10. Considerando a educação como direito social e a atuação pedagógica em rede, assinale a alternativa CORRETA:

A. A intervenção pedagógica deve priorizar a regularização da matrícula e da frequência escolar, pois a existência de vaga e o registro formal da criança na educação básica encerram a dimensão educativa da atuação intersetorial.

B. A atuação em rede mostra-se pertinente para encaminhamentos sociais e protetivos, mas possui repercussão limitada nos processos educativos, uma vez que aprendizagem, permanência e desenvolvimento escolar pertencem ao campo interno da escola.

C. A proposta integra dimensões da educação formal, não formal e informal ao reconhecer a escola, as oficinas socioeducativas, a família e o território como espaços articulados de formação, proteção e desenvolvimento humano.

D. A orientação familiar caracteriza intervenção de natureza psicossocial, razão pela qual sua realização pela pedagoga deve restringir-se ao repasse de informações sobre matrícula, frequência e deveres dos responsáveis.

E. As atividades comunitárias possuem função complementar de ocupação do tempo livre, cabendo à escola organizar os processos educativos relevantes para a aprendizagem, a convivência e a formação cidadã das crianças.

LEI MARIA DA PENHA E LC Nº 840

12 JUNHO - Prof. Suzele Veloso

01. Assinale a alternativa CORRETA. Nos termos do artigo 7º, da Lei 11.340/06, são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I. a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II. a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvol-

vimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III. a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar,



a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV. a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V. a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

A. somente estão corretas as assertivas I, II, IV e V.

B. somente estão corretas as assertivas I, III, IV e V.

C. todas as assertivas estão corretas.

D. nenhuma das anteriores.

02. Considerando o regramento previsto na Lei Maria da Penha, analise as afirmações que seguem:

I. Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico ou sexual, excluídos os danos psicológico e moral.

II. As relações pessoais enunciadas nesta Lei independem de orientação sexual.

III. A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

Quais estão corretas?

A. Apenas I.

B. Apenas II.

C. Apenas I e II.

D. Apenas I e III.

E. Apenas II e III.

A lei 11.340/106, denominada de lei Maria

da Penha, foi promulgada com o objetivo de prevenir e coibir todas as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

03. A referida lei se destaca por ter um raio de atuação, não apenas limitado à:

A. esposa especificamente, mas estendido a companheira, a filha, a mulher em geral. independentemente de sua condição social. cultural. Idade ou orientação sexual.

B. esposa especificamente, a filha, a mulher em geral. independentemente de sua condição social. cultural. idade ou orientação sexual.

C. esposa especificamente, mas estendido a companheira, independentemente de sua condição social. cultural. idade ou orientação sexual.

D. esposa especificamente, independentemente de sua condição social. cultural. idade ou orientação sexual.

E. esposa especificamente, a mulher em geral, dependendo de sua condição social. cultural. idade ou orientação sexual.

04. Com referência a lei nº 11340, lei Maria da Penha verifique quais das afirmações abaixo estão CORRETAS:

I. A lei é aplicada no âmbito da unidade doméstica, onde haja o convívio de pessoas, com vínculo familiar;

II. A lei é aplicada no âmbito da família, formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa ,

III. Em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação;

IV. Não se aplica também as relações homossexuais (lésbicas);

V. Se aplica a violência doméstica que cause morte, lesão, sofrimento físico (violência física), sexual (violência sexual), psicológico (violência psicológica), e dano moral (violência moral) ou patrimonial (violência patrimonial);

Estão CORRETAS as afirmativas:

A. I, II, III, IV, V,

B. I, II, III, IV, apenas,

C. II, III, V, apenas,

D. II, III, IV, V, apenas,

E. II, III, IV, apenas,



05. A legislação de proteção à mulher em situação de violência doméstica estabelece:

1. a violência doméstica é qualquer ação ou omissão baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, ocorrida no âmbito da unidade doméstica da família ou em qualquer relação íntima de afeto.
2. a prestação de assistência de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica de Assistência Social, no Sistema Único de Saúde e em outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.
3. A inclusão da mulher no cadastro de programas assistenciais do governo federal, por determinação da autoridade policial.
4. Suspensão do poder familiar enquanto durar o processo judicial.
5. Acesso prioritário aos serviços de contracepção de emergência, à profilaxia das doenças sexualmente transmissíveis e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual, que somente se configuram como tal em relações heterossexuais.

Estão CORRETAS, apenas:

- A. 2, 3 e 5.
- B. 1, 2, 4 e 5.
- C. 2 e 3.
- D. 1 e 2.
- E. 1, 3 e 5.

Carlos, servidor efetivo, foi punido com suspensão por assédio moral. Cinco anos depois, praticou nova conduta de assédio moral contra subordinado. Durante a instrução verificou-se que a vítima era pessoa com deficiência sob seus cuidados funcionais.

06. Considerando exclusivamente a LC 840/2011, assinale a alternativa CORRETA:

- A. Não há reincidência porque decorreram cinco anos da primeira punição.
- B. Há reincidência em infração média do Grupo II e incidência de circunstância agravante.
- C. A condição da vítima constitui circunstân-

cia atenuante.

D. O caso enseja apenas advertência.

E. A reincidência somente existe se os fatos forem idênticos.

Após denúncia anônima, a Administração instaurou investigação preliminar e constatou indícios de que determinado servidor efetivo havia utilizado recursos computacionais da repartição para repassar dados cadastrais de colegas a terceiros sem autorização. Durante a apuração verificou-se também que o agente recebeu vantagem financeira pela prática e utilizou documento sabidamente falso para justificar sua conduta.

07. Ao final do PAD, comprovadas todas as condutas, assinale a alternativa CORRETA:

A. As infrações médias absorvem as graves, pois decorreram do mesmo contexto fático.

B. Há concurso de infrações graves do Grupo II, sendo cabível a demissão e a incompatibilização para nova investidura pelo prazo legal.

C. A utilização de documento falso constitui infração média do Grupo II.

D. O recebimento de vantagem financeira caracteriza apenas agravante.

E. A sanção máxima possível é suspensão.

Um servidor praticou infração disciplinar grave em janeiro de 2018. O fato tornou-se conhecido pela chefia em março de 2018. O PAD foi instaurado em fevereiro de 2023.

08. Considerando apenas as regras gerais da LC 840/2011 e inexistindo causas suspensivas ou interruptivas, assinale a alternativa correta.

A. A pretensão punitiva está prescrita.

B. A prescrição é de dois anos.

C. A prescrição é de um ano.

D. A prescrição somente começa após a instauração do PAD.

E. Infrações graves são imprescritíveis.

Fernanda, servidora pública distrital, passou a exercer atividade privada incompatível com o exercício de seu cargo. Paralelamente, utilizou sua posição funcional para exigir vantagem econômica de particulares interessados em determinado procedimento



administrativo. Durante o PAD, ficou comprovado que ela atuava como principal articuladora do esquema e que constrangia subordinados a colaborar com suas práticas.

09. À luz da LC 840/2011, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** As condutas configuram exclusivamente infrações médias do Grupo II.
- B.** O exercício de atividade privada incompatível com o cargo absorve as demais infrações.
- C.** Há infração média do Grupo II e infração grave do Grupo II, prevalecendo a infração de maior gravidade para fins sancionatórios, sem prejuízo da consideração das agravantes.
- D.** O caso enseja apenas suspensão de até 90 dias.
- E.** A participação de subordinados constitui circunstância atenuante.

10. Durante reunião de capacitação sobre o regime disciplinar da LC 840/2011, o chefe de uma unidade administrativa apresentou as seguintes afirmações acerca da sindicância e do processo disciplinar:

- I.** A sindicância destina-se, entre outras finalidades, a identificar a autoria de infração disciplinar quando desconhecida ou a apurar materialidade ainda cercada apenas por indícios.
- II.** O processo disciplinar pode ser instaurado diretamente, sem prévia sindicância, quando existirem indícios suficientes de autoria e materialidade.
- III.** A sindicância possui prazo de conclusão de até 30 dias, prorrogável por igual período, enquanto o processo disciplinar possui prazo de até 60 dias, também prorrogável por igual período.
- IV.** Da sindicância pode resultar arquivamento, instauração de processo disciplinar ou aplicação de advertência e suspensão de até 30 dias.

Assinale a alternativa CORRETA:

- A.** Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B.** Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- C.** Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- D.** Todas as afirmativas estão corretas.
- E.** Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

OS PEDAGÓGICOS
cursos e concursos

MATCH COM A **SEDES**

   OSPEDAGOGICOS